

Ações Integradas em Busca da Cidadania: Juventude e Cultura em Áreas Precarizadas de João Pessoa

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Esse trabalho teve como interesse discutir as práticas de intervenção desenvolvidas junto aos segmentos jovens em três áreas expostas a grande privação sócio-econômica, situadas em João Pessoa, PB. Procurou-se analisar de que forma esses jovens dentro desse quadro de privações têm procurado assegurar o acesso a seus direitos mínimos construindo através disso, sua condição cidadã. O contato com esses segmentos nos levou a constatar a importância que vêm cada vez mais se afirmando entre os jovens das manifestações culturais – danças, músicas, etc. – como constituindo canais de reconhecimento e aceitação social com um forte tom de enfrentamento as manifestações de preconceito e discriminação de que são alvo tanto interna como externamente a essas comunidades. Nossas ações tiveram como orientação uma metodologia participativa, configurando-se em práticas de escuta e dialogia, para apreender nas falas de nossos sujeitos seu universo de demandas e de valores. Optamos pelo desenvolvimento de oficinas culturais através das quais as iniciativas dos jovens foram ampliadas e reforçadas colaborando em seus esforços de inclusão e reconhecimento. A valorização das práticas juvenis através de sua recuperação nas oficinas teve um efeito positivo na diminuição do preconceito de que são alvo em suas próprias comunidades. Além disso, elas abriram perspectivas profissionalizantes. Esse tipo de trabalho tem tido desdobramentos ao nível das comunidades ao criar novos espaços de expressão.

Autoras

Eliana Monteiro Moreira – Dra. Em Sociologia
Tereza Correia da Nóbrega Queiroz – Dra. Em Sociologia.

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: expressão cultural; cidadania; inserção social

Introdução e objetivo

As questões que norteiam este trabalho relacionam-se com o problema da precariedade das condições de vida que vêm atingindo amplos segmentos da população nos meios urbanos brasileiros e sinalizam o quanto eles são reflexo de conjunturas mais amplas. De fato, o procedimento de mundialização como coloca Ianni (2002) sob a égide do neoliberalismo, vem provocando reverberações das mais danosas sobre as cidades acarretando uma verdadeira visibilidade de pobreza. De fato, o modelo econômico que se instala nessas últimas décadas vem estimulando a injeção de novas tecnologias de produção para fazer face à dinâmica cada vez mais competitiva dos mercados e, em seu bojo, novas figurações administrativas. A expressão mais aguda desses processos vem sendo a flexibilização crescente do trabalho engrossando com isso a fileira de desempregados e subempregados, de ocupação desvalorizados, no mais das vezes sem remuneração fixa ou de rendimento irrisório representado por um elenco vastíssimo de “virações” pulverizadas e de tudo desqualificadas. A informalização do trabalho tem tomado espaço crescente.

Este quadro econômico e suas reverberações são sinais da época, marcando com seus rastros a maioria das sociedades. Só que este processo tem provocado dificuldades de intensidade distinta dadas às especificidades das realidades. Contudo, apesar das diferenciações, as repercussões têm tido um eixo mais ou menos comum que é a agudização dos estados de precarização a que vêm sendo submetidas às populações urbanas.

Esta situação não se encontra, no entanto, localizada nesta ou naquela região, neste ou naquele Estado; seu “espaço” é maior porque inserido dentro de uma lógica sócio-econômica de privações muito mais amplas, “unificando” as realidades através das crises com que os países centrais vêm se defrontando de forma constante e cada vez mais aguda nesses últimos anos. Só que a repercussão dessas crises não se dá de forma uniforme, homogênea; sua capilarização em regiões como a do nordeste provoca efeitos danosos. João Pessoa exemplifica bem esta situação pelo crescimento da pobreza, mendicância, de violência.

Dados de 1999 do IBGE sobre indicadores revelam que o Brasil detém um dos salários mínimos mais baixos do mundo. O estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - complementa o quadro revelado anteriormente, mostrando que 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza e, dentre estes 24 se situa abaixo da linha de indigência.

Esta “deprecação” das condições de vida que os dados revelam nos remetem às reflexões de Laranjeira (1999), Telles (1994) e Castel (1991) só fazem afirmar a importância que tem o trabalho não só com possibilidades de assegurar aos sujeitos direitos sociais básicos (alimentação, saúde, educação e moradia) como também na construção de processos identitários. De fato, são esses vínculos alimentados pela inserção ocupacional que asseguram o sentimento de pertencimento e reconhecimento social, e a perda destes é que vem sendo um dos responsáveis maior pelo quadro de destruição pessoal que tem atingido sobretudo os segmentos jovens de nossas sociedades.

De fato, são os jovens brasileiros tem sido o segmento mais drasticamente atingido por esses processos. Em 2001 os índices totais de desemprego chegaram a 12,1% para todas as faixas etárias mas entre os jovens de 15 a 19 anos chegou a 27,3% e a 18,9% para a faixa entre 20 e 24 anos (Sposito, 2003).

Bauman (1998) é um autor que fez pertinentes questionamentos sobre os rebatimentos que esse quadro de precariedade tem provocado sobre os vínculos sociais. Ele analisa justamente o esgarçamento e volatilidade que estes vêm passando, marcados pela efemeridade das afetividades, pelas novas expressões e rearranjos identitários, pela perseguição cega a satisfação dos desejos, pelos imediatismos dos projetos e ações em suas circunscrições cada vez mais individualizantes. Estes só fazem revelar/denunciar as desconstruções daí decorrentes, em resposta ao cenário perverso a que vivem expostos os sujeitos.

Ao autor mesmo para se colocar: (...) A ação humana não se torna menos frágil e errática: é o mundo em que ela tenta inscrever-se e pelo qual procura orientar-se que parece ter-se tornado mais assim. Como pode alguém viver a sua vida como peregrinação se os relicários e santuários são mudados de um lado para o outro, são profanados, tornados sacrossantos e depois novamente ímpios num período de tempo mais curto do que levaria a jornada para alcançá-los? Como pode alguém investir numa realização de vida inteira, se hoje os valores são obrigados a se desvalorizar e, amanhã, a se dilatar? Como pode alguém se preparar para a vocação da vida, se habilidades laboriosamente adquiridas se tornam dívidas um dia depois de se tornarem bens? Quando profissões e empregos desaparecem sem deixar notícia e as especialidades de ontem são os antolhos de hoje? E como pode fixar e separar um lugar no mundo se todos os direitos adquiridos não o são senão até segunda ordem, quando a cláusula da retirada à vontade está escrita em todo contrato de parceria, quando – como Anthony GIDDENS adequadamente expressou – todo relacionamento não é senão um

“simples” relacionamento sem compromisso e sem nenhuma obrigação contraída, e não é senão amor “confluyente , para durar não mais do que a satisfação derivada? (p.112).

Se nos voltarmos para o caso específico da cidade João Pessoa (nosso cenário de estudo) constatamos algumas similitudes com outras localidades brasileiras. A cidade vem enfrentando um processo de urbanização que se intensifica, sobretudo, na década de 70, acompanhando a redefinição de processos tecnológicos na área rural e intervenções mais fortes do Estado na área social. Na década de 90, com a afirmação do neoliberalismo, se assiste um novo “desenho” urbano expressando novas fragmentações e segmentações sociais, conforme bem mostram Quiroga (2001), Santos (1999) entre outros.

As desordenações dos espaços denunciam este quadro maior expresso pelo crescer célere do processo de favelização, de “invasões”, de construções clandestinas que surgem tanto no centro como nos arredores da cidade.

Em 1997, João Pessoa com seus 549.363 habitantes já apresentava um total de 108 áreas de favelas e, pelo que temos visto, com o crescimento das condições sociais, este número deve ter sido potencializado. Instituições governamentais vêm dificultando a apreensão da verdadeira dimensão do problema ao atribuir novas denominações a áreas que em quase nada diferem das antigas favelas, como “comunidades”, “jardins”, “condomínios”, entre outros.

As áreas em que realizamos este trabalho situam-se nesse quadro de precarização. São nesses espaços que as situações de desigualdade explodem e assumem expressões aviltantes com reflexos cada vez mais danosos sobre as populações que neles improvisam suas moradias precárias. Aí os sujeitos se expõem aos riscos maiores pela condição de vulnerabilidade em que se encontram, tornando-se muitas vezes “presas fáceis” de políticas descomprometidas.

Autores que têm se dedicado a aprofundar as reformas do Estado como Nogueira (1999), Ianni (2000), e Diniz (2002) são unânimes em mostrar as novas medidas adotadas no sentido de reduzir a presença deste em relação a esfera social. A forma como as reformas vêm ocorrendo indicam a fragilização dos espaços públicos de participação política.

O que se tem visto é que os sujeitos expostos a esse quadro de pobreza não são só considerados “desnecessários sociais” como denomina Nascimento (1994) ao se referir aos que são arrancados, desinseridos do mercado de trabalho. São também considerados irrelevantes do ponto de vista político.

Numa sociedade marcada por um cultura política fortemente autoritária predomina ainda a prática de se olhar esses segmentos da população não como cidadãos mas como “clientes”, como forma não de resolver de fato os problemas que os afligem mas apenas para assegurarem seus êxitos eleitorais. Dentro da condição de precariedade em que vivem esses sujeitos terminam por acatar as intervenções feitas apenas para faturar politicamente, vendo-as mais como favores do que como direitos.

Assim, as desigualdades se traduzem num ritual constante de negação, de interditos, denunciando a não efetividade de uma sociedade que se diz democrática, igualitária, mas que não tem feito outra coisa do que impedir amplos segmentos sociais do acesso a cidadania.

Os processos acima delineados vêm afetando de maneira particularmente aguda os adolescentes e jovens que crescem enfrentando dificuldades de toda ordem desde as carências no atendimento às necessidades básicas, como o acesso à escola, à saúde, ao emprego e ao lazer. A isso se acrescenta a dificuldade de inserção e de pertencimento que constituem a base para um desenvolvimento autônomo e responsável. Não é a toa que boa parte dos jovens hoje escolhem a violência como principal referência identitária.

Temos observado que os modos de socialização da juventude vêm mudando radicalmente, com a perda de importância de agências tradicionais de socialização como a família e a escola e a crescente influência dos meios de comunicação de massa e dos pares. A

música em especial, ao lado de outras expressões artísticas, tem se tornado a linguagem preferencial através da qual os jovens se exprimem e canalizam suas insatisfações, desejos e expectativas de vida. As diversas formas de expressão artística tornam-se, portanto, linguagens privilegiadas através das quais é possível ter acesso ao universo juvenil e dialogar com seus habitantes.

Daí a importância de ações de extensão que dêem apoio e ampliem as possibilidades destas ações junto aos grupos jovens destas comunidades pobres para que possam crescer e exercer sua força de atração sobre outros jovens muitos dos quais desorientados e passíveis de serem seduzidos pelas perspectivas rápidas espetaculares do mundo da criminalidade.

Torna-se também imprescindível favorecer processos que estimulem a profissionalização e a busca de meios de sobrevivência que acenem com uma perspectiva de futuro. São desafios aos quais a universidade não pode se furtar, pois o saber gerado em seu interior deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Colaborar com o desenvolvimento de jovens em situação de risco, através de um programa de extensão constituiu um intercâmbio rico entre universidade e sociedade, estimulando a pesquisa e contribuindo na formação de profissionais mais antenados com a realidade que nos cerca e mais inspirados com valores de justiça social.

Essa constatação foi o ponto de partida para nossa ação em três áreas precarizadas situadas no meio urbano de João Pessoa: as comunidades São Rafael, Pe. Hildon Bandeira e Nova República.

Situando um pouco o cenário de nossa intervenção temos João Pessoa, cidade de porte médio que, embora com seus 549.363 habitantes vem se tornando gradativamente uma cidade segmentada, onde as diferenças entre espaços nobres e não nobres vem se tornando cada vez maior. Ao lado dessa tendência observa-se uma diminuição de seus espaços públicos e ampliação daqueles privados, o que torna mais intensos os processos de hierarquização e segmentação social. O panorama atual é o da emergência de novas formas de segregação urbana, que se configuram na construção de enclaves fortificados a exemplo de condomínios fechados, de shoppings centers, de crescentes equipamentos de segurança, limitando a circulação de pessoas e redefinindo as ruas outrora consideradas espaços públicos e democráticos de circulação. O tecido urbano se torna assim um espaço hostil, ensejando uma sociabilidade hostil que se exprime na elevação dos índices de violência urbana. Registra-se principalmente o crescimento do crime organizado, do tráfico de drogas que se oferecem como alternativas para os jovens habitantes do meio urbano. Parte do sucesso desta opção é consequência da ausência de perspectiva de futuro, de sentido para a existência, a que se acrescenta a precária formação dos jovens no enfrentamento de um mundo crescentemente competitivo. Porém a cidade não é produtora apenas de violência mesmo quando ele se exerce de forma reativa. Ela é palco também de uma cultura viva que precisa ser estimulada para fortalecer-se frente a outras tendências de natureza destrutiva.

Em João Pessoa, tal como acontece também em centros urbanos mais populosos, as tendências recentes de desenvolvimento urbano vêm acarretando um aumento de desigualdades sócias e simbólicas. Antigamente considerada uma cidade pacata que se desenvolvia lentamente ela vivencia hoje, um crescimento de seu setor de serviços, uma multiplicação de shoppings centers, uma expansão de construções habitacionais de alto padrão e também um crescimento de favelas, evidenciando a dupla face de nosso modelo de desenvolvimento que vem acompanhado do fenômeno da exclusão social.

Daí a importância de ações de extensão que atuam na contramão desses processos de segmentação.

Nesse sentido, definimos como nosso objetivo geral promover ações educativas e culturais nas áreas de Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cultura junto a jovens e seus

familiares em situação de risco, visando a contribuir para novas perspectivas no enfrentamento de suas dificuldades.

E como objetivos específicos:

Estimular adolescentes e jovens, através de um trabalho sócio-educativo, para o resgate e valorização da cultura popular;

Apoiar ações culturais e educacionais desenvolvidas por grupos populares, na perspectiva da efetivação da sua cidadania;

Possibilitar através de processos educativos (cursos profissionalizantes, de alfabetização, oficinas culturais, educação ambiental, entre outros) que os sujeitos encontrem formas de enfrentamento para a superação das precárias condições a que estão submetidos.

Metodologia

Nossa prática de intervenção inspirou-se numa metodologia participativa, com visitas sistemáticas às áreas, quando realizávamos visitas domiciliares onde exercitamos uma postura de escuta no sentido de apreender os interesses, valores e percepções dos jovens acerca de sua realidade. Nessas ocasiões aproveitávamos também para apresentar os objetivos de nosso trabalho e ouvir suas sugestões. Ao lado desses contatos mantínhamos também diálogos com lideranças da comunidade (pessoas ligadas à Igreja Católica, à Associações de Moradores) no intuito de criar um clima propício ao desenvolvimento do trabalho e favorecer formas de parcerias. Para ampliar nosso conhecimento dos jovens resolvemos aplicar um questionário que permitisse construir um perfil dos jovens e melhor definir as ações a serem implementadas.

Fez parte de nossos interesses criar espaços para explicitação de diferenças e conflitos visando contribuir para o aprendizado da negociação democrática.

Outra forma de aproximação que procuramos estabelecer com a comunidade foi a de comparecer às festas e manifestações religiosas ou não, que constituíram fontes importantes de conhecimento sobre os moradores das áreas escolhidas.

Outra prática adotada foi a realização de oficinas na área de cultura e artesanato, sobretudo experiências de dança, moda alternativa e bijuterias, entre outros.

Resultados e discussão.

Os contatos com a comunidade evidenciaram que elas não são uniformes internamente, mas se dividem em conflitos e tendências distintas. Observamos também a presença de relações clientelistas que buscam apropriações de serviços e programas governamentais. Os segmentos juvenis enfrentam diversos problemas em seu cotidiano, entre os quais o desemprego, a precariedade das escolas, a falta de lazer, a falta de perspectivas. Entre os jovens das comunidades é visível o interesse por expressões culturais a exemplo do movimento hip hop, capoeira, grafiteagem, trabalhos artesanais, expressão corporal, entre outras. Estas preferências orientaram a definição das primeiras oficinas criadas, rima, moda alternativa e design, bijuteria, reciclagem.

Apesar das diferenças sentimos muita aceitação e apoio da comunidade no desenvolvimento do trabalho, inclusive com a disponibilização de espaços para que as atividades pudessem se efetivar.

Optamos pelo desenvolvimento de oficinas culturais através das quais as iniciativas dos jovens foram ampliadas e reforçadas colaborando em seus esforços de inclusão e reconhecimento. A valorização das práticas juvenis através de sua recuperação nas oficinas teve um efeito positivo na diminuição do preconceito de que são alvo em suas próprias comunidades. Além disso, elas abriram perspectivas profissionalizantes. Esse tipo de trabalho tem tido desdobramentos ao nível das comunidades ao criar novos espaços de expressão.

Numa das comunidades constatou-se um processo de estigmatização de grupos de hip hop, claramente hostilizados por lideranças locais, com forte influência na comunidade, evidenciando assim que esses processos de estigmatização não se manifestam só exteriormente a essas áreas pauperizadas mas se reproduzem em seu próprio interior. A identificação do problema exigiu um cuidado da equipe no sentido de refletir e questionar o sentido desta desqualificação. Além das discussões em reuniões uma das estratégias adotadas foi convidar alguns componentes dos grupos discriminados para ministrar algumas das oficinas relacionadas a suas práticas artísticas. Esta estratégia vem surtindo efeitos positivos minimizando um pouco as intolerâncias observadas.

A orientação metodológica adotada, que respeita o universo cultural dos sujeitos, mostrou o quanto tem sido significativa desvendando dimensões que eram tradicionalmente ignoradas por perspectivas mais tradicionais e mais autoritárias. Trabalhar com as imagens e representações dos sujeitos é considerá-los de fato como produtores de seu conhecimento e de sua história. E nesse processo de troca que novos saberes se constituem no desvendamento de novas possibilidades.

Conclusões

Este estudo revelou que as expressões culturais adotadas pelo grupos estudados como o hip hop, a capoeira e outras vem representando espaços de elaboração identitária, de visibilização e de reconhecimento social. Elas vêm se afirmando cada vez mais como espaços de resistência em suas demandas por direitos.

O apoio a tais manifestações mostrou-se uma estratégia positiva no sentido de fortalecer a identidade destes grupos, reafirmando sua condição de sujeitos.

A atividade de extensão também possibilitou aos alunos do curso de Ciências Sociais um contato mais direto com realidades precarizadas, abrindo frentes de reflexão e de pesquisa profundamente enriquecedoras para sua formação profissional.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt . Modernidade e Ambivalência, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- CASTELS, Robert . “De l’indigence à l’exclusion, à la désaffiliation. Precarité du travail et vulnérabilité relationnelle”, in DONZELOT, J. Face à l’exclusion : le modèle français, Paris: Éditions Esprit-Le Seuil,1991.
- DAGNINO, Evelina . “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania” in DAGNINO, Evelina (org.), Anos 90: Política e Sociedade no Brasil, São Paulo : Brasiliense, 1994.
- _____. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DINIZ, Eli. Em Busca de um Novo Paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos 90. In: Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GIDDENS, Anthony . As Conseqüências da Modernidade - São Paulo: Ed. Unesp,1991.
- KYMLICKA, Will y NORMAN, Wayne . “El retorno del ciudadano : una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía”, Cuadernos del CLAEH no. 75, ano 20 Montevideo : 1996.
- MOREIRA, Eliana M.; ARAÚJO, Maria de Fátima S.; VIEIRA, Maria do Socorro de S. - “Perdas e desenraizamentos na memória dos sujeitos em situação de risco”, Revista Política & Trabalho no 13, João Pessoa: UFPB/PPGS, 1997.
- MOUFFE, Chantal .“A cidadania democrática e a comunidade política” in [http://www.iclar.unesp.br/Publicações/Sociologia, no. 2 art.5. html](http://www.iclar.unesp.br/Publicações/Sociologia,no.2art.5.html), 1999.

NASCIMENTO, E. P. do, BARREIRA, Irllys A. F. Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem, Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE & UFC, 1993.

SPOSITO, Marília) “Os jovens no Brasil: Desigualdades Multiplicadas e Novas demandas políticas”. São Paulo, Ação Educativa. 2003.